

PRESTAÇÃO DE CONTAS

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO

2020



Relatório de Gestão



Índice

Introdução.....	5
CAPITULO I – Relatório de atividades	8
CAPÍTULO II – Relatório de Gestão.....	22
1. Análise orçamental.....	25
1.1. Receita.....	27
1.2. Despesa	29
1.3. Resultado orçamental	32
1.4. Principais indicadores orçamentais.....	33
2. Análise económico-financeira	34
2.1. Balanço	34
2.2. Demonstração de resultados	36
2.3. Indicadores económico-financeiros	38
2.4. Endividamento municipal.....	39
3. Contabilidade de gestão.....	40
4. Proposta de aplicação de resultados	41
5. Factos relevantes ocorridos após o encerramento do período	41
6. Dívidas ao Estado e à Segurança Social.....	41
7. Principais pressupostos relativos ao futuro	41
8. COVID-19	42
CAPITULO III – Organização municipal e recursos humanos.....	46

Índice de tabelas

Tabela 1 Receita	25
Tabela 2 Despesa.....	26
Tabela 3 Despesa.....	30
Tabela 4 Despesa efetiva.....	30
Tabela 5 Despesa não efetiva.....	32
Tabela 6 Saldo para a gerência seguinte.....	32
Tabela 7 Resultado orçamental.....	33
Tabela 8 Indicadores Orçamentais.....	33
Tabela 9 Ativo.....	34
Tabela 10 Passivo	35
Tabela 11 Património Líquido	36
Tabela 12 Gastos	36
Tabela 13 Rendimentos.....	37
Tabela 14 Indicadores financeiros	38
Tabela 15 Limite da Dívida total.....	39
Tabela 16 Dívida total.....	39
Tabela 17 Mapa de pessoal.....	47
Tabela 18 Mapa de pessoal - contingente a 31/12.....	48
Tabela 19 Mapa de pessoal mobilidades	48
Tabela 20 Evolução do número de trabalhadores.....	49
Tabela 21 Indicadores de despesa com o pessoal	51

Índice de gráficos

Gráfico 1 Evolução da Receita	27
Gráfico 2 Impostos diretos	28
Gráfico 3 Transferências obtidas.....	28
Gráfico 4 Evolução da despesa.....	29
Gráfico 5 Evolução das despesas correntes	31
Gráfico 6 Evolução das despesas de capital	31
Gráfico 7 Gastos	37
Gráfico 8 Rendimentos.....	38
Gráfico 9 Distribuição de trabalhadores por carreira	49
Gráfico 10 Distribuição de trabalhadores por género	50
Gráfico 11 Trabalhadores por escalão etário	50
Gráfico 12 Distribuição de trabalhadores por carreira e género	50
Gráfico 13 Distribuição de trabalhadores por idade e género.....	51

Introdução

A estratégia de desenvolvimento delineada por este Executivo está essencialmente centrada nas pessoas, tendo como principal objetivo a coesão social e, conseqüentemente, um desenvolvimento generalizado do território dentro de um quadro absolutamente sustentável.

Na verdade, as Grandes Opções do Plano e do Orçamento apresentadas para o ano 2020 mantinham a perspetiva coerente da continuidade do trabalho programado e encetado por este Executivo desde o início do mandato.

Esse trabalho e esse rumo não foi desviado, mas tão só comprometido nalgumas atividades, pela situação pandémica que surgiu durante o mês de março desse ano, com o disseminar do vírus oriundo da China – o Sars-Cov-2, que depois foi e é identificado por COVID-19. Essa doença apanhou de surpresa o ser humano e prejudicou e está a comprometer muitas iniciativas, a economia a nível mundial e em cada país, em particular.

O nosso Município reagiu muito rapidamente a essa situação, tendo tomado todas as medidas necessárias para a contenção da doença. Fê-lo seguindo as orientações da DGS (Direção Geral da Saúde), fê-lo em perfeita sintonia com os serviços de saúde de proximidade, mas fê-lo também numa campanha conjunta e de cooperação plena com as Juntas de Freguesia, funcionários municipais, a GNR, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro, as Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa, as IPSS, a Proteção Civil, a Ação Social, o CLDS 4G (contrato local de desenvolvimento social) e a Irmandade do S. Bento da Porta Aberta.

Esta campanha que passou por uma ação sistematizada de informação, depressa foi também para o terreno distribuir os equipamentos, os acessórios de proteção imprescindíveis à contenção da doença, fazer a desinfeção dos espaços e levar géneros alimentares aos mais carenciados.

Estas ações sortiram efeito e o nosso Município esteve sempre com uma incidência de casos muito baixa.

Neste contexto, a organização laboral dos serviços municipais foi reequacionada, tendo havido o encerramento de alguns e dada particular importância ao teletrabalho.

Também ao nível das escolas foram tomadas as medidas adequadas nas redes de transportes e fornecidos os equipamentos informáticos aos alunos, para proporcionar o ensino à distância.

Nesta circunstância, as festas concelhias e outras iniciativas lúdicas e de promoção turística foram canceladas, sendo as verbas alocadas para esses fins, redirecionadas para a situação emergente.

Atentos a todas as repercussões que esta situação pandémica gerou, com particular incidência no tecido empresarial de Terras de Bouro, foram deliberadas medidas para mitigar os efeitos pandémicos, com isenções ao nível das rendas e das taxas.

A par de todo este trabalho imprevisível, o Executivo não perdeu o rumo, tendo dado continuidade aos projetos em execução, às candidaturas a serem elaboradas, à supervisão dos serviços e responsabilidades essenciais, bem como à diplomacia política para expor os problemas, na procura de solução e obtenção de recursos, nas estâncias competentes.

Conscientes dos desafios que se nos colocaram, priorizamos a satisfação de necessidades que criassem melhores condições de vida aos munícipes, o que nos deixou satisfeitos, pois a correspondência entre aquilo que nos propusemos fazer e o que efetivamente foi concretizado, dá para concluir que, seguindo uma política de verdade e de compromisso, vemos reforçada a confiança dos Terrabourenses nos seus eleitos.

Os dados relativos à atividade do Município em 2020 traduzem e espelham um modelo de gestão alicerçado na ambição clara e num projeto coerente, assente em propostas concretas para cada uma das áreas de Gestão Municipal.

A colaboração que mantivemos com as Juntas de Freguesia, as Associações Culturais, Desportivas e Recreativas, Associação Humanitária dos Bombeiros, Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa, com as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) e com os agentes de desenvolvimento local, é bem o reflexo da abertura que temos e da gestão que queremos fazer com a maior proximidade possível, procurando ter uma grande sensibilidade social.

O trabalho que realizamos, a um ritmo sem precedentes, deixa-nos satisfeitos e a poder afirmar que Terras de Bouro está na senda do desenvolvimento, sobressaindo como um território onde vale a pena viver e onde faz sentido investir.

Com determinação e responsabilidade continuaremos a traçar o rumo correto para o Município de Terras de Bouro.

O Caminho para a consecução desse objetivo deve ser o de manter o bom nível dos principais indicadores orçamentais, bem como, pautar a nossa gestão pelo cumprimento das normas que

regulam a atividade municipal, tendo em vista, manter e alcançar a consolidação e equilíbrio financeiro do Município. Prova dessa atuação é a evolução da **Dívida Total do Município**, que em 31/12/2020, apresentava o valor de € 2.863.973, conforme se pode aferir da tabela seguinte:

31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
4.664.755,08	3.756.832,32	3.655.034,51	3.417.150,29	2.722.042,95	2.389.612,36	2.863.973,39

Assentes nesses pressupostos e garantias, apresentamos de seguida, o Relatório e as Contas do ano de 2020.

O Presidente da Câmara Municipal,

(Manuel João Sampaio Tibo)

CAPITULO I – Relatório de atividades

Na observação das diferentes áreas da Gestão Municipal, poderá constatar-se que o ano de 2020, uma vez mais, foi um ano de grandes concretizações, sendo que, mesmo assim, não ficam aqui totalmente vertidas a globalidade das realizações.

Assim:

Ambiente, Urbanismo e Ordenamento do Território



- Conclusão da beneficiação do **Caminho Florestal da Guarda-Bouça da Mó-Ponte de Albergaria**;
- Conclusão do Caminho Florestal entre Leonte e Portela do Homem;
- Continuação da obra do Parque Verde Urbano de

Moimenta;

- Conclusão da obra de construção do **Açude no Rio Homem**;
- Requalificação da Avenida 20 de Junho no Gerês;
- Continuação da construção do Centro de Recolha Oficial Municipal (Canil);
- Requalificação da Rua Miguel Torga na Vila do Gerês;



- Início das obras no âmbito do Projeto Raia Termal em que inclui a reabilitação do Parque da Assureira, mais conhecido pelo **Parque do Banco do Ramalho**, intervenções no rio Gerês e Avenida Manuel Francisco da Costa;

- Impermeabilização de 23 (vinte e três) reservatórios de água, situados em Carvalheira nos lugares de Paredes, Assento e Infesta, na Balança, nos lugares de Barral, Carrazedo, S. Pantaleão e Água Levada, na Ribeira (reservatório velho), em Moimenta, Moimenta-a-Nova e Sargento, em Chamoim no lugar de Sequeirós, em Valdozende, nos lugares do Assento, Chamadouro, Paradela e Vilar-a-Monte, em Gondoriz, nos lugares de Moinho do Ferreiro, Colado e Mesquita, em Cibões, no lugar de Cutelo, em Rio Caldo, no lugar do Outeiro, em Souto, nos lugares da Foz e Devesa e em Choreense, no lugar de Casal;
- Intervenções de vária índole nos reservatórios de Brufe, Vergaço, Cabenco, Gilbarbedo de Baixo, Parreirinha, Lama, Freitas, Aldeia, Grela, Cabaninhas, Cavacadouro, Pesqueiras, Gogide, S. Bento, Coutinho, Parada, Matavacas, Costa, Cruzes, Travassos, Valdozende e Ermida;



- Pavimentação entre Chamoim e Carvalheira;
- Pavimentação em Campo do Gerês;

- Melhoria de ramais de água e saneamento, com substituição e renovação de várias condutas em diversas freguesias do Concelho, bem como a instalação de novos depósitos de abastecimento de água e a colocação e reparação de estações elevatórias;
- Pavimentações em Gradouro e Pergoim – Freguesia de Chamoim;

- Pavimentações em Vilar da Veiga (Admeus, Aproveixe e Chã da Ermida);
- Pavimentações em Rio Caldo: - Parada (rua do Bairro, Cachoeira, Carvalha Mona, Fonte do Gaio, Forcadela, Goufinha, Vales), em Paredes (rua da Luz) na Seara (rua do Cano, Caminho Novo, Moroucinhos, Peito da Lomba, Reboredo, Ribeiro do Porto, Torneiros e rua Dr. Xavier de Araújo);
- Pavimentação em Covide;
- Construção de Muro em Gilbarbedo, Cibões;
- Construção de muro em Santa Comba, Chamoim;
- Construção de muro de suporte em Choreense;
- Calçamento no lugar do Assento, Cibões;
- Efetuadas ações de limpeza e desinfeção de espaços públicos, na situação aguda da pandemia;



- Início das obras da rede pedonal entre Rio Caldo e Vilar da Veiga;



- Operações de limpeza florestal com o intuito de prevenir incêndios;
- Realização de obra em parceria com a Junta de Freguesia do Campo do Gerês para instalação de Caixa multibanco naquela localidade;
- Arranjo urbanístico dos jardins da Vila do Gerês;
- Intervenção na estrada de Brufe – Vilarinho da Furna com uma limpeza generalizada dos terrenos marginais;
- Pavimentação no interior de Carvalheira;
- Pavimentação em Chamoim;
- Arranjo Urbanístico em Brufe;
- Arranjo urbanístico do espaço envolvente à capela mortuária da Ribeira (1ª fase);
- Alargamento do caminho de Padrós em Chamoim;
- Continuação da obra da Ecovia do Homem.



Educação e Juventude

Sabedores da importância da Educação, o Município de Terras de Bouro investiu na Educação, como o tem feito até agora.

O ano letivo 2019/2020 foi muito diferente e desafiante e o Município foi incansável na colaboração que prestou à Direção do AE de TB.

O início do ano letivo foi preparado pela Direção do AE de TB, em estreita articulação e colaboração com o Município, respeitando e cumprindo todas as orientações emanadas pelo Ministério da Educação/DGS. O Município abasteceu, e continua a fornecer, ao AE de TB, de material de proteção individual (máscaras, álcool gel, tapetes desinfetantes e doseadores).

No que concerne à elaboração do Plano de Transportes Municipal, Câmara Municipal de Terras de Bouro reuniu com os motoristas da autarquia, no sentido precaver e planear as medidas excecionais definidas pela Direção Geral da Saúde (DGS) no que diz respeito aos transportes escolares.

Foram discutidas e avaliadas as medidas que cada motorista terá de assegurar com o início do ano letivo, bem os cuidados a que cada viatura de transporte está sujeita. Assim, foi acautelada a etiqueta respiratória, a higienização obrigatória das mãos, o cumprimento do intervalo e da distância de segurança entre passageiros, a utilização de máscara no transporte, a disponibilização de solução antisséptica à base de álcool à entrada e saída da viatura e a descontaminação da viatura após cada viagem.

O transporte escolar foi garantido gratuitamente a todas as crianças do EPE, ensino básico e secundário no Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro. Também participamos, de acordo com a capitação dos rendimentos agregado familiar, 50% ou 100% do valor do passe escolar aos alunos que frequentaram o ensino secundário fora do concelho, desde que não houvesse resposta formativa. Todas as crianças e jovens integradas na educação inclusiva ou portadoras de deficiência que frequentaram estabelecimentos de ensino e/ou outros estabelecimentos de atividades ocupacionais foram transportadas gratuitamente. Para além do transporte escolar regular, o Município assegurou regularmente transporte aos alunos para a realização de visitas de estudo, atividades desportivas, culturais e lúdicas.

Ademais, o Município, juntamente com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, que asseguram o transporte, o prolongamento e as refeições das crianças, envidaram todos os esforços no sentido desse ano escolar, desafiante, correr da melhor forma possível, de forma a

sossegar as normais preocupações de todos os pais e encarregados de educação. Tudo foi feito de modo a conferir segurança e tranquilidade aos nossos alunos de forma a não prejudicar o sucesso escolar.

No que concerne ao Ensino à Distância, o Município, junto da Direção do AE de TB, mostrou-se totalmente disponível para ajudar todos os ciclos de ensino e não só o 1º e 2º Ciclo. Todo o material solicitado pela Direção, foi oferecido. Desde logo, webcams, câmaras para colocar na sala de aula, tripés, tablets.

O Município ofereceu os livros de fichas complementares aos manuais escolares a todos os alunos que frequentem o 1º Ciclo, independentemente do seu escalonamento



em termos de ação social. Continuamos com a valência do apoio ao estudo para todos os alunos do concelho.

Investimos nos cursos de formação profissional e de educação de adultos, nomeadamente através de parcerias com a EPATV, a ATAHCA e o IIEFP.

Concedemos um valor monetário de 100,00 euros aos alunos de mérito, no âmbito do Mecenato Educacional. O mérito é definido pelo AE de TB.

Bolsas monetárias aos alunos que frequentem o ensino superior e que cumpram o Regulamento.

A abertura da piscina à comunidade escolar, assim como todos o apoio solicitado no que concerne ao transporte de alunos para as visitas de estudo, assim como no desenvolvimento de atividades ao longo do ano letivo. Com a pandemia as atividades na piscina foram canceladas.

As crianças do Ensino Pré-Escolar foram apoiadas ao nível das refeições e ao nível das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF). A AAAF destinam a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades. Para o efeito, a Câmara Municipal de

Terras de Bouro promove diretamente estas atividades ou celebra protocolos de colaboração com Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho.

As crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico foram apoiadas ao nível das refeições, através da redução do pagamento diário do almoço. No âmbito das refeições escolares do 1.º ciclo o apoio é atribuído do seguinte modo: os alunos do 1.º escalão de abono têm refeição gratuita; os alunos do 2.º escalão de abono pagam 50% do valor estipulado pelo Ministério da Educação (0,73€); os alunos do 3.º escalão e seguintes pagam o valor estipulado pelo Ministério da Educação (1,46€). No entanto, os alunos com o 3.º escalão ou seguintes que tiverem um irmão no mesmo grau ensino pagam 1 € e se tiverem dois ou mais irmãos pagam 0,75 €.

A Câmara Municipal promoveu a componente de apoio à família (CAF) diariamente depois da componente curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva (natal, carnaval e páscoa). Esta resposta tem resultado num extraordinário apoio às famílias das crianças do 1.º e 2.º ciclo.

Foram fornecidos gratuitamente às escolas do EPE e 1.º ciclo materiais de expediente, incluindo fotocópias, e variados materiais didáticos e pedagógicos considerados importantes para o desenvolvimento das crianças.

O Município contratou assistentes operacionais para apoiar os vários serviços escolares (para além definidos pelo ME). Importa referir que, no que diz respeito às crianças integradas na educação inclusiva, o Município prevê assistentes operacionais para apoio, medida que deixou de ser financiada pelo ME.

O Município constitui um forte parceiro no cumprimento e realização do Plano Anual de Atividades do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro (ex.: Festa de Natal, Páscoa e Carnaval, Dia Mundial da Criança, o Dia Mundial do Ambiente, Marchas Populares, etc.).

De referir também que o Município é parceiro ou promotor de vários projetos e programas destinados a crianças e jovens, tais como:

- Pimpolho - Projeto de prevenção da ambliopia que resulta da parceria entre o Hospital de Braga e a Câmara Municipal de Terras de Bouro. Tem como objetivo sinalizar crianças que completem 4 anos de idade com ambliopia ou fatores de risco ambliogénicos. Devido à pandemia não foi possível.
- Campanha de Sensibilização Intermunicipal para a Recolha Seletiva e Compostagem Doméstica - Projeto de sensibilização ambiental promovido pela CIM Cávado em

parceria com o Município. Este projeto comportou várias ações, entre elas ações de sensibilização e distribuição de ecopontos e compostores domésticos.

- Plataforma + Cidadania - Projeto intermunicipal centrado no desenvolvimento dos níveis de cidadania participativa em crianças que frequentam o 1º Ciclo do Ensino Básico. Com recurso a tecnologias digitais, este projeto promove a participação e a cidadania, com vista ao desenvolvimento de conhecimentos, competências, atitudes e valores que ajudem esses alunos a desempenhar, futuramente, um papel ativo na sociedade.
- UP CÁVADO – Empreendedorismo nas Escolas - Projeto intermunicipal que tem como principais objetivos: criar uma cultura empreendedora junto da comunidade educativa; promover uma visão do empreendedorismo numa lógica de atitude perante a vida e participação ativa na sociedade; e fomentar e reforçar o espírito de iniciativa, de cooperação e criatividade.
- Combate ao Insucesso Escolar: equipa de apoio ao aluno e à família - Este projeto teve como objetivo responder à necessidade de reforçar a equipa interdisciplinar (psicólogo e terapeuta da fala), com o objetivo de proporcionar aos alunos a realização de um trabalho escolar em condições de estabilidade emocional e afetiva.



- Combate ao Insucesso Escolar: promoção da literacia, leitura e escrita - Este projeto teve como objetivo a implementação de um conjunto de atividades que visam: incentivar o gosto pela leitura através de estratégias adequadas à idade; estimular a leitura no sentido lúdico transformando o ato de leitura num prazer e descoberta; e, adquirir outras formas de comunicação não estereotipadas a partir de técnicas criativas no campo da leitura e da escrita.
- Combate ao Insucesso Escolar: clube de motivação e ativação de competências - Este projeto destinou-se a alargar horizontes e mentalidades, desenvolvimento de capacidades que são importantes para a autoconfiança, a autodisciplina e o sentido de responsabilidade individual e coletiva. Para responder a estas necessidades são desenvolvidas atividades culturais, sociais, literárias e ambientais que promovem a vivência positiva da escola e da aprendizagem.
- PNPG GO - Projeto ambiental que se concretizou através de um conjunto de ações educacionais que contribuíram para a construção de uma sociedade sustentável. A estratégia adotada, no âmbito deste projeto, passou pela construção de um processo contínuo de Educação Ambiental onde se apostou na inclusão de toda a comunidade, em especial a comunidade jovem e escolar, na criação de um ambiente em que o ser humano conviva em equilíbrio com a natureza, preservando desta forma a sua diversidade.
- AQUA Cávado: o rio que nos une - A Agência da Energia do Cávado promoveu a iniciativa “AQUA Cávado: o rio que nos une”, em parceria com outras entidades, nomeadamente o Município de Terras de Bouro e a CIM Cávado. O programa é



composto por diversas ações, cujo mote é a conservação e valorização dos recursos naturais e o combate à escassez da água.

- 5 ao Dia - O Programa “5 ao Dia” visa promover o consumo diário de, pelo menos, 5 porções de frutas e hortícolas, de forma a potenciar uma alimentação saudável e contribuir para a prevenção de diversas doenças associadas a maus hábitos alimentares. Este programa prevê que as crianças de 1.º ciclo visitem todos os anos o Mercado Abastecedor da Região de Braga para o desenvolvimento de várias atividades promotoras da prática de uma alimentação saudável.
- Regime da Fruta Escolar - O Regime de Fruta Escolar (RFE) é uma iniciativa de âmbito europeu, que pretendeu promover a prática de uma alimentação saudável. Este programa consiste na distribuição de uma peça hortofrutícola, nas refeições intercalares, 2 vezes por semana, aos alunos do pré- escolar e do 1.º ciclo, de forma a incentivar as crianças ao consumo de fruta. Este programa é gerido e financiado pelo Ministério da Agricultura e envolve ainda os ministérios da Educação e da Saúde.
- COLORADD - Este projeto, implementado em parceria com o Município de Terras de Bouro, teve como objetivo promover a inclusão no seio da comunidade escolar, através de um conjunto de ações que permitiram a consciencialização para uma limitação não visível, como o daltonismo. Com a pandemia esta atividade não se realizou.

O Município Promoveu o ATL de Verão para crianças até aos 12 anos, proporcionando-lhes gratuitamente inúmeras atividades desportivas, lúdicas e culturais (ex: idas à piscina semanais, à praia, passeios de barco na nossa albufeira, visita a museus, etc.). A participação dos pais resumiu-se apenas ao valor da refeição servida (almoço).

De forma a proporcionar a manutenção dos laços e contacto com as famílias biológicas, assegurou-se o transporte de crianças e jovens que se encontravam institucionalizados, por força da aplicação de medidas de promoção e proteção.

O Município teve a Escola de Musica de Terras de Bouro em funcionamento em Moimenta e pela primeira vez em Rio Caldo e Gerês.

Ação Social

- No programa de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade “Habitação Condigna”, que consiste na recuperação de habitação própria e permanente, foram contemplados 14 agregados familiares;
- Através do Programa Habitação Condigna- Modalidade de Apoio à Renda, foram apoiados 6 agregados familiares;
- No âmbito da Habitação Social, foram acompanhados 28 agregados familiares;
- No âmbito da Habitação Social, procedeu-se ainda ao realojamento de duas (2) novas famílias;
- No programa de Incentivo à Natalidade foram beneficiadas 33 crianças;
- Dinamização do Serviço de Proximidade;
- Nos programas Bem Envelhecer e Envelhecer a Sorrir foram promovidas 1 de atividades de envelhecimento ativo, envolvendo cerca de 30 idosos;
- No âmbito programa Porta 65-Jovem foi prestado apoio técnico aos jovens do concelho na apresentação de candidaturas, nomeadamente a sete (7) agregados familiares.
- Em articulação com todas as IPSS’s do concelho, foi distribuído o apoio financeiro disponibilizado pela EDP Produção, através da “Operação Cuidar em Casa”, para combate à pandemia.
- Através da Loja Social foram apoiadas cerca de 65 pessoas com bens como alimentos, têxteis e vestuário, material didático e brinquedos, eletrodomésticos, mobiliário.
- Através do Banco Local de Ajudas Técnicas, foram disponibilizados equipamentos a 25 pessoas em situação de incapacidade e/ou dependência, temporária ou definitiva.
- No âmbito do Protocolo de Parceria assinado entre a Câmara Municipal e o Centro Distrital de Braga da Segurança Social, foram acompanhadas cerca de 140 famílias através do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social. Procedeu-se, igualmente, ao acompanhamento, avaliação e monitorização das ações inscritas nos



Contratos de Inserção do Rendimento Social de Inserção (RSI) na área da habitação e participação nas reuniões do Núcleo Local de Inserção (NLI).

- No âmbito da publicação dos Avisos NORTE-42-2018-15 e NORTE-42-2019-48| Investimento em Equipamentos Sociais, foi prestado apoio técnico a 6 IPSS's na preparação e submissão das candidaturas, ao nível da contratação pública, organização/submissão de Pedidos de Pagamento e de Relatórios de Execução. De referir que os Centros Sociais de Terras de Bouro serão apoiados com cerca de um milhão e quinhentos mil euros.



- Foram desenvolvidas várias atividades no âmbito dos Projetos “CHEGA +” e “ENVOLVER”, ambos com o objetivo de intervenção na prevenção e acompanhamento de casos relacionados com a problemática da violência doméstica e de género, designadamente a criação do gabinete de apoio à vítima.
- Através do Grupo de Trabalho Intermunicipal para a Igualdade e Não Discriminação, composto por responsáveis da CIM do Cávado e dos Municípios associados, foi iniciado o Projeto “Cávado + Igual”, através Programa de Conciliação e Igualdade de Género do EEA Grants 2014-2021;
- Desenvolvimento de uma estreita parceria com a ATAHCA, Entidade Coordenadora Local do projeto CLDS 4GEIRA – Gerações, Emprego, Inclusão e Revitalização de Atividades em Terras de Bouro, através do apoio técnico aquando da candidatura ao POI-SE e na preparação e execução do plano de ação.
- Apoio na revisão e encerramento de 2 processos no âmbito do Programa SOLARH.
- Desenvolvimento das ações de capacitação dos técnicos das instituições da rede social local, para a implementação de respostas de apoio especializado junto dos cuidadores informais, através do projeto Cuidar de Quem Cuida.

- Com o eclodir da Pandemia o Gabinete de Ação Social teve a grande preocupação de manter um contacto regular com a população idosa e com as famílias mais vulneráveis, com o apoio do CLDS 4Geira (Contratos Locais de Desenvolvimento Social, das Juntas de Freguesia e das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social). Através deste trabalho de proximidade, foi possível tomar conhecimento e, conseqüente, apoiar algumas famílias com carências de apoio alimentar e em situação de maior isolamento e solidão, problemáticas agravadas pela Pandemia.
- A Câmara Municipal tem, também, prestado um importante apoio às IPSS's do concelho, nomeadamente ao nível do transporte e distribuição dos produtos alimentares disponibilizados pelo Banco Alimentar de Braga, assim como na atribuição de diversos equipamentos de proteção individual a todos os Centros Sociais.
- Atendendo às dificuldades generalizadas das pessoas, o Município decidiu, numa primeira fase, isentar o pagamento das rendas das habitações sociais de sua propriedade, passando, posteriormente, para uma redução de 50% do valor mensal da renda.

Turismo, Desporto e Lazer

- Intervenção de limpeza de trilhos pedestres, na senda de Miguel Torga.
- Sinalização dos caminhos de peregrinação a S. Bento da Porta Aberta.
- Classificação, pela Quercus, da Praia do Alqueirão com qualidade de ouro em 2020.
- Inscrição da subida à serra da Vezeira de Rio Caldo e Vilar da Veiga.
- Estágio da Equipa Olímpica de Canoagem no Centro Náutico de Rio Caldo.
- Press e Blog Trip do Turismo do Porto e Norte decorreu em Terras de Bouro.
- Renovação de Painéis Informativos da rede de trilhos pedestres.



- Requalificação interior dos postos de turismo e dada nova imagem ao aspeto exterior.
- Introduzido serviço de segurança na zona balnear da Praia do Alqueirão- Vilar da Veiga.
- Encerramento do projeto Gerês-Xurês Dinâmico.
- Caminho Jacobeu da Geira e dos Arrieiros incluído no traçado oficial da peregrinação europeia de jovens a S. Tiago de Compostela que decorre em Agosto de 2021.
- Rede de Trilhos Pedestres com marcações renovadas.
- Divulgação das Toalhas Água às Mãos no programa “De Lés a Lés” na televisão Porto Canal.



Desenvolvimento Económico/Gabinete de Apoio à Agricultura

- Apoio e elaboração de candidaturas para licenciamento das explorações agrícolas.
- Formação profissional (realização de oito ações de formação “Conduzir e operar com tratores em segurança)
- Articulação com a Direção Regional da Agricultura do Norte no combate à vespa do castanheiro (financiamento a 100% pela Câmara Municipal).
- Elaboração de candidaturas (pedido único) aos agricultores do Concelho.
- Parcelário Agrícola (identificação e elaboração).

CAPÍTULO II – Relatório de Gestão

O SNC-AP traz uma nova visão de prestação de contas que integra, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores.

Este novo normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

A Prestação de Contas do Município do ano 2020 foi elaborada de acordo com o novo normativo contabilístico o SNC-AP, que entrou em vigor para as Autarquias Locais no dia 01 de janeiro de 2020. Até 31 de dezembro de 2019 as demonstrações financeiras foram elaboradas segundo o normativo contabilístico então em vigor - POCAL - Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais, Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Não se encontra estabelecido um período de transição para a implementação do SNC-AP. O que está previsto: O impacto e relevação contabilística do novo referencial (artigo 14.º.); As regras de aplicação supletiva ou integração de lacunas (artigo 13.º.); A data de início da sua aplicação (artigo 18.º.), o que pressupõe que os ajustamentos de transição ocorram no ano da adoção.

A entrada em vigor deste novo referencial contabilístico coincidiu, no Município de Terras de Bouro, com a implementação de um novo ERP, em virtude do ERP que era utilizado em POCAL não ter evoluído (por opção da *software house*) para o SNC-AP.

Ora, a opção pela implementação do novo ERP não se revelou a melhor escolha, pois este apresentava diversas insuficiências e inconsistências, a maior parte das quais foram corrigidas já após o encerramento do ano de 2020, numa altura em que a Câmara Municipal já tinha

decidido proceder ao cancelamento do contrato com o fornecedor daquela solução tecnológica e avançar para novo ERP.

As limitações apresentadas por aquela solução levaram a que os serviços municipais se concentrassem na resolução das questões quotidianas (e.g. controlo da execução orçamental) e descursasse as tarefas de transição para o SNC-AP.

Assim, procedeu-se, a uma simples transposição dos valores existentes a 31/12/2019 (em POCAL), à reclassificação de algumas contas e à atualização da vida útil dos bens que compõem o património municipal, de acordo com o Classificador Complementar 2, previsto no SNC-AP.

Esta opção tem cabimento no disposto na IPSAS 33 - *First-time adoption of accrual basis IPSASS*, da *International Public Sector Accounting Standards Board*, que prevê um período de três anos para o reconhecimento/desreconhecimento e mensuração de ativos e responsabilidades.

No que diz respeito à contabilidade de gestão, não obstante a contabilidade de gestão estar em fase de implementação, não foi possível em tempo oportuno efetuar a validação da mesma.

Uma vez não ser possível apresentar informação que fosse fiável, optou-se por no presente relato não se efetuar uma análise à mesma.

Os procedimentos inerentes aos registos contabilísticos relativos à gestão económico-financeira da administração local estão devidamente previstos nas disposições legais, obedecendo qualquer ato de gestão da atividade financeira das autarquias locais a normas e princípios constantes no respetivo enquadramento jurídico em vigor.

Este relatório tem, assim, por objetivos:

- i. Explicitar os níveis de execução conseguidos, referenciando-os aos aspetos mais relevantes do desempenho da atividade financeira municipal;
- ii. Proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição económica, financeira e dos fluxos de caixa;
- iii. Facultar informação credível para as entidades externas e para a preparação das contas de acordo com o sistema europeu das contas nacionais e regionais;
- iv. Obter maior controlo financeiro, da legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos.

Acrescerá ainda referir que foram utilizados mapas e quadros, que irão permitir uma análise financeira e patrimonial de um ponto de vista dinâmico, justificando-se as variações de dotações, das disponibilidades e integrando-as na apreciação global das contas.

As contas do Município foram auditadas por um Revisor Oficial de Contas.

Notas:

A análise ao balanço é efetuada com os montantes referentes ao ano de 2019 reexpressos de acordo com o SNC-AP;

Poderão ocorrer discrepâncias entre os mapas, ora apresentados e os submetidos, no decorrer do ano, à DGAL, através das plataformas SIAL e/ou SISAL, prevalecendo, sobre todos os outros, os mapas e relatório integrantes do presente documento de prestação de contas;

Os valores unitários constantes nos mapas e quadros encontram-se expressos em unidades de euros.

1. Análise orçamental

No ano de 2020 a receita cobrada bruta atingiu os € 12.224.934, verificando-se um aumento de 1,8 milhões de euros relativamente à receita bruta cobrada no exercício de 2019.

De seguida, na tabela seguinte podemos analisar, em detalhe, a receita orçamentada, a corrigida e a cobrada bruta no ano de 2020.

Tabela 1 Receita

RECEITA	Previsões Iniciais	Previsões corrigidas	Receitas Cobradas	%
Receita Efetiva:				
Impostos diretos	853.000,00	853.000,00	1.147.888,22	134,57%
Impostos indiretos	62.010,00	62.010,00		0,00%
Taxas, multas e o. penalidades	159.030,00	159.030,00	148.896,66	93,63%
Rendimento de propriedade	482.015,00	482.015,00	497.653,33	103,24%
Transferências correntes	7.006.466,00	7.593.086,00	6.930.615,08	91,28%
Vendas e prestação de serviços	536.025,00	536.025,00	453.774,92	84,66%
Outras receitas	20,00	20,00	4.152,99	20764,95%
Total Receitas Correntes	9.098.566,00	9.685.186,00	9.182.981,20	95,43%
Venda de bens	79.020,00	79.020,00	280,60	0,36%
Transferências capital	3.844.572,00	4.977.466,00	2.175.598,99	43,71%
O. receitas de capital	5,00	5,00		0,00%
Total Receitas de Capital	3.923.597,00	5.056.491,00	2.175.879,59	43,03%
Total da Receita Efetiva	13.022.163,00	14.741.677,00	11.358.860,79	77,05%
Receita Não Efetiva:				
Ativos Financeiros	5,00	5,00		0,00%
Passivos Financeiros	1.800.005,00	1.958.860,00	693.451,80	35,40%
Total Receita Não Efetiva	1.800.010,00	1.958.865,00	693.451,80	35,40%
Outras Receitas:				
Reposições não abatidas nos pagamentos	5,00	5,00	12.968,31	259366,20%
Saldo da gerência anterior		159.653,28	159.653,28	100,00%
Total Outras Receitas	5,00	159.658,28	172.621,59	108,12%
Total Geral	14.822.178,00	16.860.200,28	12.224.934,18	72,51%

A receita corrente cobrada, face à receita corrente corrigida, teve uma execução de 95,4%. A rubrica em destaque é a de Impostos Diretos cujo montante de receita cobrada atingiu os € 1.147.888, com uma taxa de execução de 134,6%.

Neste grupo destaca-se as receitas provenientes da cobrança de IMI e IMT, com € 523.809 e € 316.686, respetivamente.

A receita de capital cobrada apresenta uma execução de 43,0% face à receita de capital corrigida. Em relação às previsões corrigidas para o ano de 2020, a cobrança da receita fixou-se nos 72,5%

Na tabela seguinte está espelhada a decomposição da despesa orçamentada, a corrigida e a paga por grandes grupos.

Tabela 2 Despesa

DESPESA	Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Despesas pagas	%
Despesa Efetiva:				
Despesas com o pessoal	4.404.890,00	4.516.901,90	4.495.947,97	99,54%
Aquisição de bens e serviços	3.191.700,00	3.332.670,24	2.308.147,79	69,26%
Juros e outros encargos	15.500,00	7.516,46	7.516,46	100,00%
Transferências correntes	481.000,00	420.572,84	398.126,15	94,66%
Subsídios	76.000,00	51.656,57	51.656,57	100,00%
Outras despesas correntes	143.354,00	92.891,76	85.001,11	91,51%
Total Despesas Correntes	8.312.444,00	8.422.209,77	7.346.396,05	87,23%
Aq. Bens de capital	5.827.210,00	7.553.467,15	3.582.445,73	47,43%
Transferências de capital	287.860,00	491.009,36	452.755,43	92,21%
O. Despesas de capital	1.000,00			
Total Despesa de Capital	6.116.070,00	8.044.476,51	4.035.201,16	50,16%
Total Despesa Efetiva	14.428.514,00	16.466.686,28	11.381.597,21	69,12%
Despesa Não Efetiva:				
Ativos financeiros	15.759,00	15.759,00	15.757,00	99,99%
Passivos financeiros	377.905,00	377.755,00	377.576,83	99,95%
Total despesa efetiva	393.664,00	393.514,00	393.333,83	99,95%
Total Geral	14.822.178,00	16.860.200,28	11.774.931,04	69,84%

A despesa corrente paga apresenta uma execução de 87,2%. Para este resultado contribuíram praticamente todas as rubricas deste grupo, sendo de realçar a rubrica de aquisição de bens e serviços cujo taxa de execução se fixou em 69,3%.

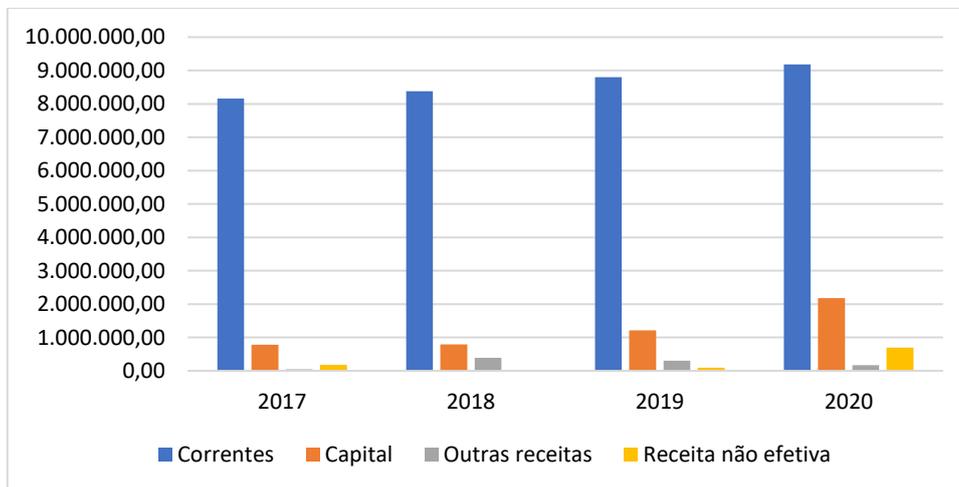
A despesa de capital paga regista uma execução de 50,2%. A rubrica em evidência é a de Aquisição de Bens de Capital cujo montante de despesa paga atingiu os € 3.582.446 , com uma taxa de execução de 47,4%.

A despesa total paga (€ 11.774.931) face ao total da despesa corrigida (€ 16.860.200) apresenta uma execução de 69,8%.

1.1. Receita

No gráfico que se segue ilustra-se a evolução da receita cobrada nos últimos 4 anos.

Gráfico 1 Evolução da Receita



Da leitura deste gráfico verifica-se um crescimento sustentado e constante das receitas correntes, destacando-se o acentuado crescimento verificado no ano de 2020 das receitas de capital, situação associada à execução e consequente reembolso de projetos com financiamento comunitário.

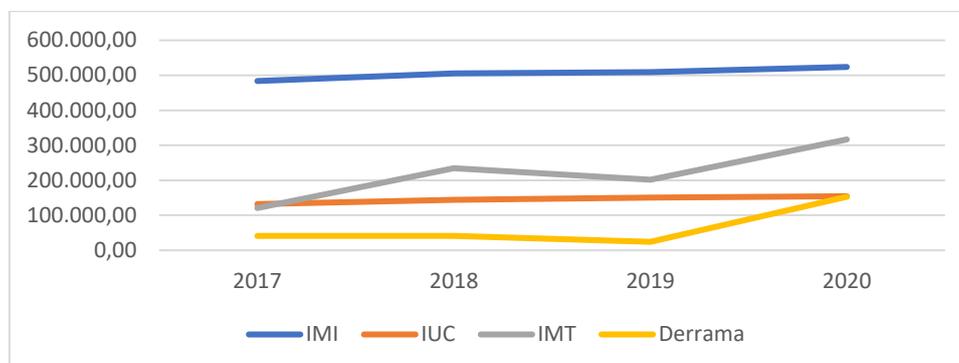
Comparando com o ano de 2019, as receitas cobradas apresentam um crescimento global de 17,3%. As receitas correntes apresentam um aumento de 4,4%, ao passo que as receitas de capital apresentam um aumento de 78,8%.

1.1.1. Receita própria

A receita própria do Município de Terras de Bouro foi afetada em 2020, pelos efeitos causados pela pandemia provocada pelo vírus SarS-CoV-2, nomeadamente, pelo decréscimo da atividade económica, pela suspensão de processos contraordenacionais e, especialmente, pelas medidas tomadas pelo executivo municipal para mitigar os efeitos da COVID-19, nas empresas e população de Terras de Bouro. Prova disso, são os decréscimos verificados nas rubricas de Taxas, Multas e Outras Penalidades (-12,9%) e na de Vendas e Prestação de Serviços (-22,0%). Não obstante o cenário pandémico, as receitas próprias do município apresentaram um aumento de 3,1%, em comparação com o ano de 2019, tendo-se arrecadado neste capítulo € 2.252.647. A rubrica que proporcionou este aumento foi a de impostos que registou um aumento de 29,6%, face a 2019. No que diz respeito a este tipo de receita municipal verifica-se que a Derrama e o

Imposto Municipal sobre a Transmissão de Imóveis (IMT) foram aqueles que apresentaram maior subida em relação ao ano de 2019, com crescimentos de 534,5% e 57,0%, respetivamente.

Gráfico 2 Impostos diretos



No que diz respeito às restantes receitas próprias verificou-se um decréscimo nas rubricas de Taxas, Multa e Outras Penalidades (€ -22.066) e de Vendas e Prestação de Serviços (€ -128.079) pelas razões já anteriormente referidas, nomeadamente pelas medidas de mitigação dos efeitos da pandemia da COVID-19.

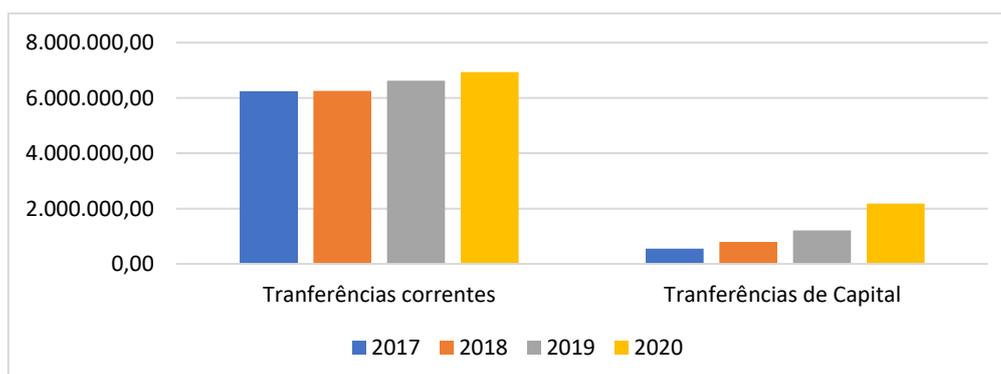
1.1.2. Transferências obtidas

As transferências obtidas atingiram os € 9.106.214, em 2020, o que representa um aumento, comparativamente com o ano anterior de 16,3%. Este aumento é justificado essencialmente pelo aumento verificado nas transferências do FEDER, rubrica na qual foram arrecadados € 1.423.436, quando em 2019 se tinha verificado a cobrança de € 185.386.

As transferências correntes registaram em 2020, um acréscimo da receita cobrada de € 307.739, que resultam do aumento das transferências do Orçamento do Estado para o Município.

As transferências de capital registaram um aumento de € 967.219, fruto, como se referiu acima do aumento das transferências relativas ao financiamento de projetos cofinanciados.

Gráfico 3 Transferências obtidas



1.1.3. Financiamento bancário

No decurso do de 2020, o Município utilizou € 693.452, dos empréstimos contratualizados, quer junto da banca comercial, quer junto do Estado Português, através do Empréstimo-Quadro BEI – Autarquias, para financiamento de projetos em curso no território concelhio.

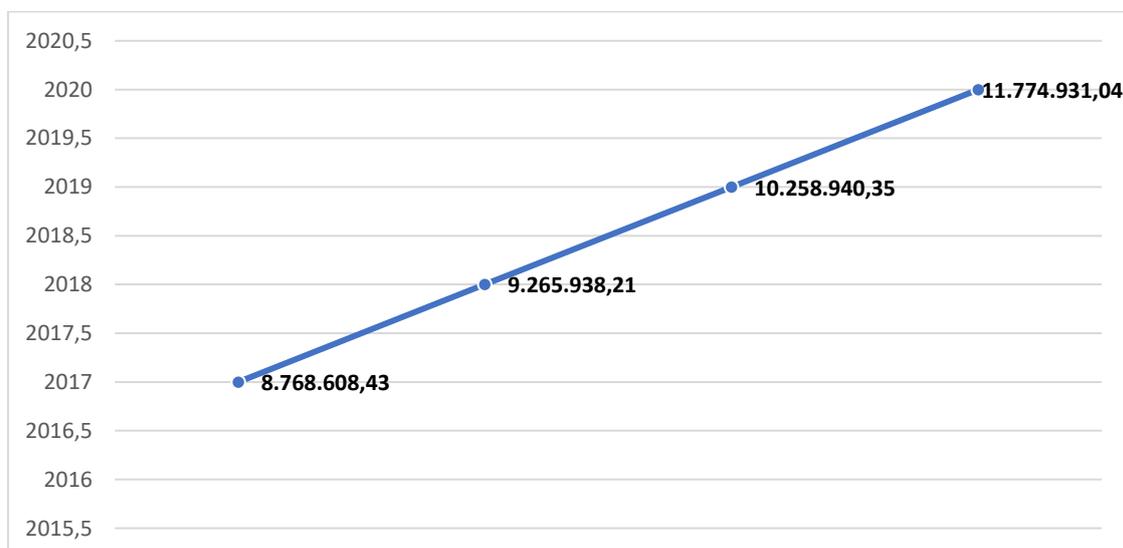
Por outro lado, amortizou, da carteira de empréstimos existentes € 368.142.

Em resultado destes dois factos o valor em dívida de empréstimos aumentou cerca de 14,0%, face ao ano de 2019.

1.2. Despesa

No ano de 2020 a despesa paga atingiu € 11.774.931, correspondendo a uma execução de 69,8% dos recursos orçamentados.

Gráfico 4 Evolução da despesa



Da análise do gráfico acima é possível concluir que a despesa paga tem evoluído de forma sustentada, atingindo no ano de 2020, o valor mais alto dos últimos 4 anos.

Apresenta-se de seguida uma tabela resumo com as dotações corrigidas, os compromissos assumidos, as obrigações e a despesa paga, em função dos grandes capítulos da despesa pública.

Tabela 3 Despesa

	Dotações corrigidas	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas
Despesa Efetiva				
Despesas com o pessoal	4 516 901,90	4 508 539,32	4 498 858,51	4 495 947,97
Aquisição de bens e serviços	3 332 670,24	2 900 513,18	2 431 059,27	2 308 147,79
Juros e outros encargos	7 516,46	7 516,46	7 516,46	7 516,46
Transferências correntes	420 572,84	417 109,51	405 642,44	398 126,15
Subsídios	51 656,57	51 656,57	51 656,57	51 656,57
Outras despesas correntes	92 891,76	91 514,56	86 874,83	85 001,11
Total Desp. Correntes	8 422 209,77	7 976 849,60	7 481 608,08	7 346 396,05
Aq. Bens de investimento	7 553 467,15	4 882 235,41	3 628 704,42	3 582 445,73
Transferências de capital	491 009,36	480 829,56	465 755,43	452 755,43
O. Despesas de capital				
Total Despesa de Capital	8 044 476,51	5 363 064,97	4 094 459,85	4 035 201,16
Total Despesa Efetiva	16 466 686,28	13 339 914,57	11 576 067,93	11 381 597,21
Despesa Não Efetiva				
Ativos financeiros	15 759,00	15 757,00	15 757,00	15 757,00
Passivos financeiros	377 755,00	377 641,71	377 576,83	377 576,83
Total despesa não efetiva	393 514,00	393 398,71	393 333,83	393 333,83
Total Geral	16 860 200,28	13 733 313,28	11 969 401,76	11 774 931,04

Também se conclui que o resultado da diferença entre as obrigações e a despesa paga resulta um saldo de € 194.470.

1.2.1. Despesa efetiva – despesa corrente e despesa de capital

A despesa corrente apresenta uma taxa de execução de 87,2%, correspondentes a € 7.346.396, enquanto a despesa de capital apresenta uma taxa de 50,2%, a que correspondente o pagamento de € 4.035.201.

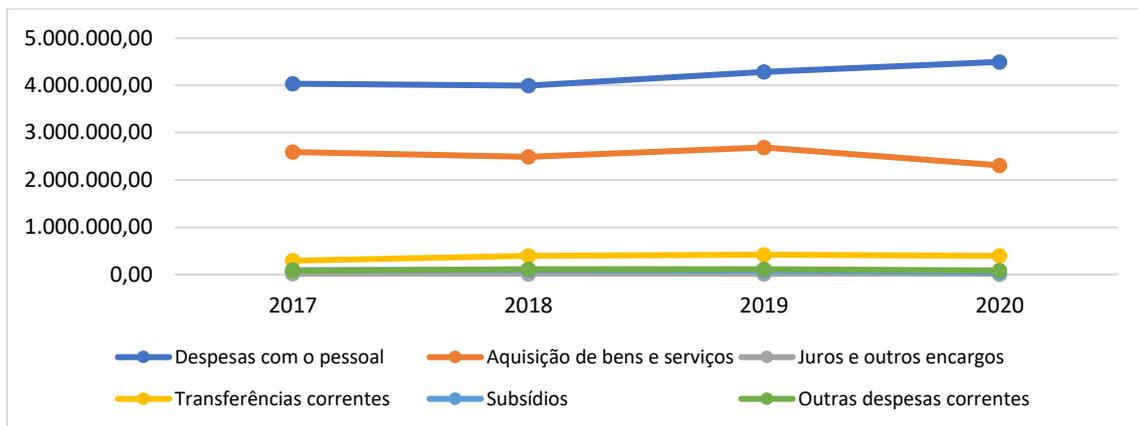
Tabela 4 Despesa efetiva

	2019	2020	variação	%
Despesa Efetiva				
Despesas com o pessoal	4 286 765,19	4 495 947,97	209 182,78	4,88%
Aquisição de bens e serviços	2 687 031,78	2 308 147,79	-378 883,99	-14,10%
Juros e outros encargos	9 845,43	7 516,46	-2 328,97	-23,66%
Transferências correntes	420 577,07	398 126,15	-22 450,92	-5,34%
Subsídios	78 337,81	51 656,57	-26 681,24	-34,06%
Outras despesas correntes	114 084,29	85 001,11	-29 083,18	-25,49%
Total Desp. Correntes	7 596 641,57	7 346 396,05	-250 245,52	-3,29%
Aq. Bens de investimento	1 755 832,44	3 582 445,73	1 826 613,29	104,03%
Transferências de capital	486 422,38	452 755,43	-33 666,95	-6,92%
O. Despesas de capital	29 117,49	-29 117,49	-100,00%	
Total Despesa de Capital	2 271 372,31	4 035 201,16	1 763 828,85	77,65%
Total Despesa Efetiva	9 868 013,88	11 381 597,21	1 513 583,33	15,34%

Comparando com o ano de 2019 verifica-se que a despesa corrente decresceu 3,3%, enquanto a despesa de capital aumentou 77,7%. A despesa efetiva registou um aumento de 15,3%.

A generalidade das rubricas de despesa corrente registaram decréscimos, com especial destaque para a rubrica de aquisição de bens e serviços correntes (- € 378.884), com a exceção da rubrica de despesas com o pessoal que registou um aumento de 4,9%.

Gráfico 5 Evolução das despesas correntes

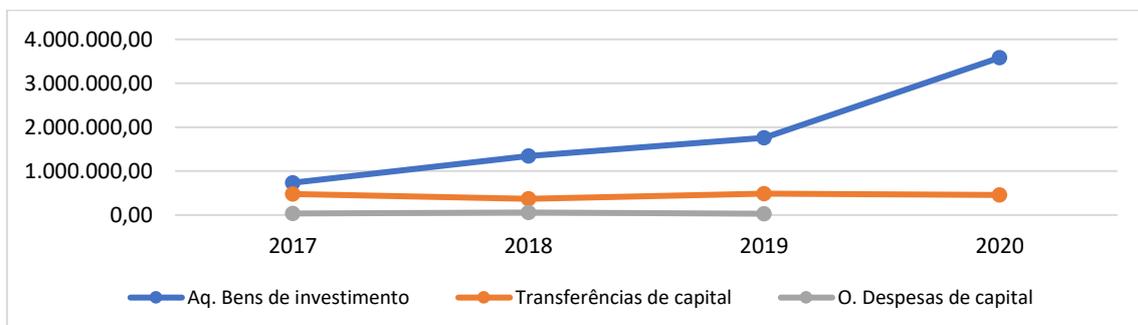


O gráfico anterior representa a evolução das despesas correntes. O aumento verificado, nos dois últimos anos, nas despesas com o pessoal, estão associados aos processos de descongelamento das carreiras da função pública (cujo aumento foi pago faseadamente durante os anos de 2018 e de 2019) e de regularização dos vínculos precários na administração pública.

Regista-se, como já se realçou o decréscimo das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes.

Ao nível das despesas de capital destaca-se a rubrica de aquisição de bens de investimento que registou um aumento de 104,0%, correspondente a mais € 1.826.613 de despesa paga.

Gráfico 6 Evolução das despesas de capital



Conforme se pode aferir no gráfico, a rubrica de aquisição de bens de capital apresenta um elevado aumento no ano de 2020.

1.2.2. Despesa não efetiva

Ao nível da despesa não efetiva verificou-se uma taxa de execução de 100,0%, correspondentes a € 393.334, em grande maioria relacionados com a rubrica de Passivos Financeiros, que corresponde à amortização de capital de empréstimos contraídos e que será objeto de análise em capítulo próprio.

A rubrica de ativos financeiros corresponde ao pagamento do Fundo de Apoio Municipal.

Tabela 5 Despesa não efetiva

	Dotações corrigidas	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas	%
Despesa Não Efetiva					
Ativos financeiros	15 759,00	15 759,00	15 757,00	15 757,00	99,99%
Passivos financeiros	377 755,00	377 641,71	377 576,83	377 576,83	99,95%
Total despesa não efetiva	393 514,00	393 400,71	393 333,83	393 333,83	99,95%

1.3. Resultado orçamental

Na tabela seguinte patenteia-se a receita total cobrada e a despesa total paga, nos últimos 4 anos, apurando-se do resultado da diferença destas duas dimensões o saldo orçamental a incorporar no orçamento seguinte.

Em resultado da boa execução orçamental do ano de 2020, serão incrementados no orçamento de 2021, € 419.037.

Tabela 6 Saldo para a gerência seguinte

	2017	2018	2019	2020
Receita total cobrada	9 162 544,16	9 561 604,17	10 418 593,63	12 193 968,20
Despesa total paga	8 768 608,43	9 266 120,60	10 258 940,35	11 774 931,04
Saldo para a gerência seguinte	393 935,73	295 483,57	159 653,28	419 037,16

Na tabela seguinte expõe-se os resultados da execução orçamental de 2020. Apurou-se, no final do ano uma poupança corrente de € 1.805.619 e um saldo de capital negativo de € 1.859.322.

Tabela 7 Resultado orçamental

Resultado orçamental	2020
Receita corrente cobrada	9 152 015,22
Despesa corrente paga	7 346 396,05
Poupança corrente	1 805 619,17
Receita de capital cobrada	2 175 879,59
Despesa de capital paga	4 035 201,16
Saldo de Capital	-1 859 321,57
Receita total cobrada	12 193 968,20
Despesa total paga	11 774 931,04
Saldo da Gerência anterior	159 653,28
Saldo Orçamental	419 037,16

1.4. Principais indicadores orçamentais

Tabela 8 Indicadores Orçamentais

Indicador	Fórmula de cálculo	Resultado
Grau de Execução Orçamental da receita (%)	Receita cobrada líquida/Previsões corrigidas	0,72
Grau de Execução Orçamental da despesa (%)	Despesa paga líquida/ Dotações corrigidas	0,70
Saldo Corrente	Receita corrente - Despesa corrente	1.805.619,17
Saldo de Capital	Receita de capital - Despesa de capital	-1.859.321,57
Saldo Primário	Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	-33.217,63
Saldo Global	Receita efetiva - Despesa efetiva	-40.734,09
Grau de Realização das Liquidações	Recebimentos/Liquidações	0,99
Grau de Execução das Obrigações	Pagamentos/Obrigações	0,98

2. Análise económico-financeira

No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras de finalidade geral, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do SNC-AP.

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados do Município de Terras de Bouro.

2.1. Balanço

Os valores do ano de 2019 estão reexpressos em SNC-AP (conforme Nota 0 do Anexo).

Em 2020 o Ativo do Município de Terras de Bouro ascendeu a € 63.747.659 o que representa um acréscimo de 0,2% em relação ao ano de 2019.

Tabela 9 Ativo

ATIVO	2020	2019	Varição
Ativos fixos tangíveis	61.162.537,82	60.989.602,03	0,28%
Ativos intangíveis	8.774,96		100,00%
Participações financeiras	583.266,20	583.266,20	
Ativo não corrente	61.754.578,98	61.572.868,23	0,30%
Inventários	25.286,57	25.286,57	
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	215.637,57	756.123,35	-71,48%
Clientes, contribuintes e utentes	113.722,45	59.664,01	90,60%
Estado e outros entes públicos	6.354,05	14,30	44333%
Outras contas a receber	1.060.332,47	889.735,61	19,17%
Diferimentos	11.095,04	10.120,69	9,63%
Caixa e depósitos	560.651,45	289.076,93	93,95%
Ativo corrente	1.993.079,60	2.030.021,46	-1,82%
Total do Ativo	63.747.658,58	63.602.889,69	0,23%

A análise ao ativo do município encontra-se prejudicada pela necessidade de, no decurso do ano de 2021, se proceder a ajustamentos na classificação de determinados bens, nomeadamente, aqueles que devem ser considerados Propriedades de Investimento, situação que, pelas mais diversas razões, (com destaque para as dificuldades de implementação e adaptação do ERP) não foi possível concretizar no ano de 2020.

Na análise aos dados constantes da tabela supra verifica-se que os ativos fixos tangíveis representam cerca de 95,9% do total do ativo municipal.

O Ativo Corrente representa 3,1% do total do ativo e regista um decréscimo de cerca de 1,8% relativamente ao ano de 2019, influenciado pelo decréscimo da rubrica de Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, já que esta é a única rubrica que regista decréscimo em comparação com o ano anterior.

Salienta-se ainda o aumento do saldo de disponibilidades (94,0%) que em 31/12/2020 apresentava um saldo de € 560.651.

No que diz respeito ao passivo municipal, o Município de Terras de Bouro encerrou o ano de 2020 com um valor de € 3.976.842, o que representa um aumento de 13,3%, em relação ao ano de 2019. O valor do passivo é constituído em 63,8% por passivo não corrente e 36,2% por passivo corrente.

Tabela 10 Passivo

PASSIVO	2020	2019	Varição
Provisões	409.150,70	455.598,20	-10,19%
Financiamentos obtidos	2.130.167,95	1.843.461,22	15,55%
Passivo não corrente	2.539.318,65	2.299.059,42	10,45%
Fornecedores	133.316,44	16.215,41	722,16%
Estado e outros entes públicos		11.741,50	-100,00%
Financiamentos obtidos	396.173,78	367.005,53	7,95%
Fornecedores de investimentos	48.980,10	6.006,05	715,51%
Outras contas a pagar	717.438,67	680.126,74	5,49%
Diferimentos		14,34	-100,0%
Outros passivos financeiros	141.614,29	129.299,21	9,52%
Passivo corrente	1.437.523,28	1.210.408,78	18,76%
Total do Passivo	3.976.841,93	3.509.468,20	13,32%

Comparando com o ano de 2019 o passivo teve uma variação positiva de 13,3% que resulta essencialmente do aumento dos financiamentos obtidos.

Os Fundos Próprios do município apresentaram um saldo de € 59.770.817, o que representa um decréscimo de 0,5% em comparação com o ano de 2019. Este facto está associado ao Resultado Líquido dos exercícios de 2019 e de 2020 que apresentaram valores negativos de, respetivamente, € 258.998 e € 1.118.476.

Os fatores que influenciaram o Resultado Líquido do exercício de 2020 serão devidamente explicados no capítulo da Demonstração de Resultados e nas notas às demonstrações financeiras.

Tabela 11 Património Líquido

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	2020	2019	Varição
Património / Capital	47.260.551,23	47.260.551,23	
Reservas	509.727,51	509.727,51	
Resultados transitados	4.048.577,08	4.223.951,44	-4,15%
Outras variações no Património Líquido	9.070.437,27	8.358.189,32	8,52%
Resultado líquido do período	-1.118.476,44	-258.998,01	331,85%
Total do Património Líquido	59.770.816,65	60.093.421,49	-0,54%

2.2. Demonstração de resultados

O resultado líquido de 2020 é negativo, no valor de € 1.118.476. O decréscimo acentuado verificado no Resultado Líquido está relacionado com o facto de, no âmbito da aplicação do SNC-AP, um conjunto significativo de bens passarem a estar sujeitos a depreciações, bem como à redução do número de anos de vida útil de outros, situação que contrasta com o previsto no POCAL e no CIBE, aprovado pela Portaria 671/2000, de 17 de abril.

O Valor dos gastos de depreciação e amortização apresentam um aumento de € 1.667.804, em comparação com o ano de 2019, o que representa, em termos relativos, um aumento de 93,1%.

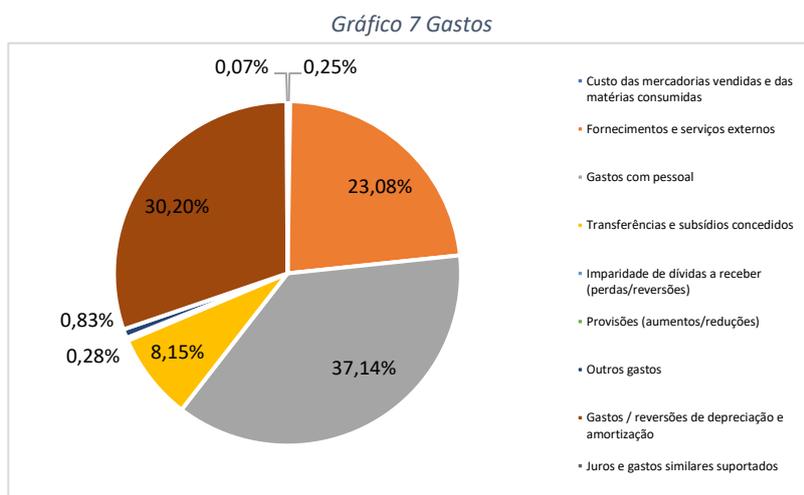
Os rendimentos em 2020 foram de € 10.332.741, a que corresponde um aumento de 3,9%, enquanto os gastos apresentaram um valor de € 11.451.218, correspondentes a um aumento de 12,3%.

Tabela 12 Gastos

Gastos	2020	2019	Varição
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	28.313,98	54.967,10	-48,49%
Fornecimentos e serviços externos	2.642.808,82	2.464.535,92	7,23%
Gastos com pessoal	4.252.513,49	4.336.237,01	-1,93%
Transferências e subsídios concedidos	933.231,30	966.332,99	-3,43%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	32.539,48	29.863,55	7,58%
Provisões (aumentos/reduções)		361.347,94	-112,85%
Outros gastos	95.359,64	185.367,31	-48,56%
Gastos / reversões de depreciação e amortização	3.458.658,54	1.790.854,48	93,13%
Juros e gastos similares suportados	7.792,38	9.884,80	-21,17%
Total	11.451.217,63	10.199.391,10	11,81%

As transferências e subsídios concedidos apresentam uma redução de 3,4% comparativamente com o ano de 2019, tendo-se cifrado em € 933.231. Por outro lado, a rubrica de Gastos / reversões de depreciação e amortização apresentam ao acentuado aumento (93,1%), fruto da aplicação de depreciações a ativos que, nos normativos anteriores, não estavam sujeitos a amortizações, ou detinham períodos de vida útil mais alargados.

A exemplo de exercícios anteriores, os Gastos com o pessoal continuam a ser a rubrica que o maior peso relativo na estrutura de gastos do município: 37,1%. Segue-se a rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização, com 30,2% e a de



Fornecimentos e Serviços Externos com 23,0%.

Ao nível dos rendimentos verifica-se um aumento, em relação ao ano de 2019 de cerca de 3,5%, atingindo o montante de € 10.285.881.

Tabela 13 Rendimentos

Rendimentos	2020	2019	Varição
Impostos, contribuições e taxas	1.122.991,83	1.007.915,83	11,42%
Vendas	137.975,97	184.265,17	-25,12%
Prestações de serviços e concessões	198.827,51	454.809,62	-56,28%
Transferências e subsídios correntes obtidos	6.744.435,06	6.580.145,21	2,50%
Trabalhos para a própria entidade	27.137,14	54.967,10	-50,63%
Reversão de provisões	46.859,79		100,00%
Outros rendimentos	2.054.513,89	1.658.290,16	23,89%
Total	10.332.741,19	9.940.393,09	3,48%

A rubrica que continua a ter o maior peso na estrutura de rendimentos da autarquia é a de Transferências e subsídios correntes obtidos, que representa cerca de 65,3% do total de rendimentos.

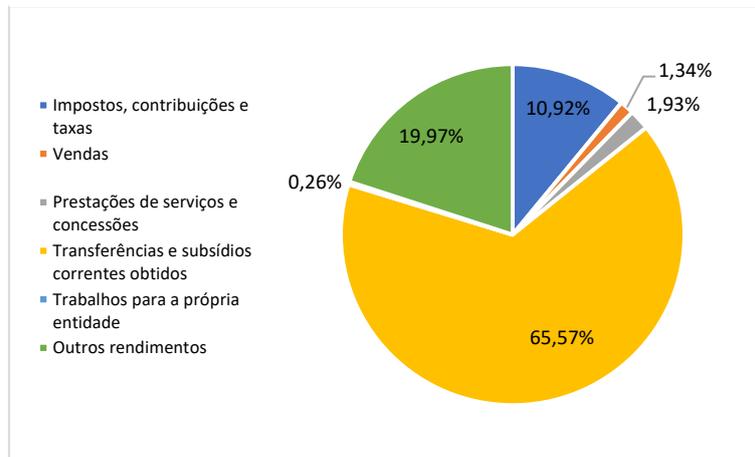
Segue-se a rubrica de outros rendimentos, com 19,9% e a de Impostos, contribuições e taxas com 11,4%.

Verifica-se, ao nível dos Impostos, contribuições e taxas um aumento de cerca de 11,4%, em comparação com o ano de 2019, tendo este tipo de rendimentos se fixado em € 1.122.992.

As rubricas de Vendas e de Prestações de Serviços e Concessões registaram acentuados decréscimos que se poderão associar aos efeitos da pandemia provocada pelo vírus

SarS-CoV-2 e pelas medidas de apoio à comunidade adotadas pelo município para mitigação daqueles efeitos.

Gráfico 8 Rendimentos



2.3. Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros.

Tabela 14 Indicadores financeiros

Indicador	Fórmula de cálculo	2020	2019
Liquidez Geral	Ativo corrente / Passivo corrente	1,379	1,669
Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários / Passivo corrente	1,369	1,657
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo corrente	0,393	0,239
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	93,8%	94,5%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	15,030	17,123
Endividamento	Passivo/Ativo	0,062	0,055

2.4. Endividamento municipal

Nos termos do artigo 52.º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Não releva para a Dívida Total, apesar de configurar uma operação orçamental, os montantes relativos à devolução das poupanças líquidas da energia ao FEE no montante de € 17.939.

Tabela 15 Limite da Dívida total

Enquadramento	Valores
Receita corrente líquida cobrada - 2017	8.121.907,71
Receita corrente líquida cobrada - 2018	8.366.742,62
Receita corrente líquida cobrada - 2019	8.787.285,73
(a) Média da Receita Corrente dos últimos 3 exercícios	8.425.312,02
(b) Limite da Dívida Total – 1,5 x (a)	12.637.968,03

Tabela 16 Dívida total

Aferição da dívida	01/01/2020	31/12/2020
Total da Dívida a terceiros (incluindo não orçamentais)	2.389.612,36	2.863.973,39
Contributo (SM + AM + SEL + entidades participadas)	5.268,89	5.268,89
Dívida Total	2.394.881,25	2.869.242,28
Dívida FAM	15.759,00	0,00
Dívida FEE	24.374,16	14.938,94
Dívida não orçamental	129.423,65	141.452,73
Dívida Total (excluindo não orçamentais)	2.225.324,44	2.712.850,61
Margem de endividamento	9.939.115,46	9.925.117,42
Margem disponível	1.987.823,09	1.985.023,48

Da análise aos mapas que antecedem verifica-se um aumento da dívida total de cerca de 19,2%.

O valor correspondente à contribuição do Setor Empresarial Local para o endividamento do município, foi o valor comunicado pelas empresas no portal SIAL, da DGAL.

3. Contabilidade de gestão

A implementação do SNC-AP no município de Terras de Bouro coincidiu com a implementação de um novo ERP de suporte a todo o sistema de gestão: orçamental, financeira e de gestão.

O processo de implementação do novo ERP, numa altura em que as restrições impostas pelas medidas de combate à pandemia provocada pela COVID-19, a par das limitações detetadas no ERP, contribuíram para o insucesso que se veio a verificar e que originou a alteração do daquele no início do corrente ano de 2021.

De facto, a implementação de todo o ERP no ano de 2020, com natural enfoque nas áreas orçamental e financeira, revelou-se tão absorvente e desgastante que a implementação da contabilidade de gestão foi ficando para segundo plano, terminando mesmo por não ser implementada na sua totalidade, motivo pelo qual não foi possível apresentar informação fiável sobre os custos analíticos.

Prevê-se, no decurso do segundo semestre de 2021, a implementação desta vertente da contabilidade, tão importante para a tomada de decisões, tendo por base a proposta prevista no manual de implementação do SNC-AP, da UNILEO.

4. Proposta de aplicação de resultados

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2020 foi negativo de: € 1.118.476,44.

Propõe-se:

1.º - a sua aprovação;

2.º - que o mesmo seja transferido para a conta 561 - Resultados Transitados.

5. Factos relevantes ocorridos após o encerramento do período

Não ocorreram factos dignos de registo entre 31 de dezembro de 2020 e a data da elaboração das demonstrações financeiras.

No ano de 2021 o município encontra-se a implementar um novo ERP e será expectável que a implementação de alguns ajustamentos relacionados com o SNC-AP ainda não operados consigam ser efetivados durante esse ano, designadamente a implementação da Contabilidade Analítica, reclassificação de alguns ativos não correntes e reexpressão retrospectiva das depreciações de imóveis de acordo com o CC2.

6. Dívidas ao Estado e à Segurança Social

Não existem dívidas em mora ao Estado, à Segurança Social, à Caixa Geral de Aposentações, nem a qualquer outro subsistema de segurança social ou organismo público.

7. Principais pressupostos relativos ao futuro

(Envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Riscos de Mercado

(i) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro. O

Município recorre a financiamentos externos no decurso da sua atividade, estando exposto ao risco de taxa de juro já que parte da dívida financeira do Município está indexada a taxas de juro de mercado.

(ii) Risco de Preço

A entidade está exposta ao risco de preços das matérias-primas e serviços em geral.

Risco de Crédito

O risco de crédito, na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, contribuinte e utentes, relacionados com a atividade operacional.

A gestão de risco da entidade está estruturada nas necessidades próprias das atividades da entidade tendo em constante consideração:

- Uma regular monitorização das contas de clientes, contribuintes e utentes;
- O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, o Município mantém a capacidade financeira para dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- (i) Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento;
- (ii) Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento da sua atividade

8. COVID-19

O surgimento do surto do vírus SARS-CoV-2 (Coronavírus), que apresenta um elevado índice de contágio e resultou na rápida propagação da doença COVID-19 à escala global, a qual apresenta um significativo grau de letalidade, levou à declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020. Os impactos imediatos desta pandemia, designadamente na União Europeia, atingiram uma dimensão sem precedentes na situação de alerta gerada, no esgotamento dos sistemas de saúde e nas severas medidas de contenção e de combate que estão a ser implementadas em inúmeros países, incluindo a declaração pela primeira vez na vigência da atual Constituição do estado de emergência, também em Portugal, em 18 de março de 2020.

Por todo o mundo assistiu-se a uma súbita desaceleração da atividade económica, em consequência do confinamento temporário a que estão sujeitas largas proporções das populações dos países mais afetados nos quais vigoram também fortes restrições à normal atividade económica de múltiplas empresas dos mais variados setores para conter a propagação da doença, cujos impactos, apesar de ainda indeterminados na sua totalidade, permitem já antever um cenário de recessão global.

Em reação a este enquadramento desfavorável, os governos de países dos principais blocos económicos e os respetivos Bancos Centrais, incluindo o BCE, anunciaram medidas orçamentais extraordinárias e alterações na política monetária, que visaram atenuar os impactos da crise provocada pela pandemia e estimular a retoma da economia.

Assim, as perspetivas de evolução da atividade do Município em 2021 encontram-se inesperadamente desafiadas pelo impacto que a pandemia vier a provocar, mas também pela reação à mesma por parte da comunidades e dos agentes económicos e do próprio governo central.

O enquadramento de complexidade acrescida decorrente do impacto do Coronavírus não altera a direção nem diminui a determinação do Município em prosseguir o trabalho de preparação e de transformação que é essencial para o seu território e para a sua população.

No contexto descrito, o município adotou um conjunto de medidas de contingência previstas e concebidas para assegurar a proteção de pessoas e a continuidade da atividade, incluindo, entre outras, as recomendações das autoridades sanitárias, trabalho à distância e segregação de equipas, procurando maximizar a resiliência da organização. Foram ainda consideradas as medidas tomadas pelo Governo Central, tendo o município adotado medidas no seu plano de contingência, assentes nos seguintes pilares:

PROMOVER:

- Reuniões e contactos permanentes com as entidades locais responsáveis por intervir no âmbito da pandemia COVID 19;
- Articulação com as Juntas de Freguesia e a GNR a fim de identificar as pessoas/idosos mais desprotegidos;
- Recurso ao teletrabalho assegurando os serviços mínimos municipais;
- Isolamento social dos trabalhadores que apresentam sintomas compatíveis com COVID-19;

- Proteção dos funcionários da Câmara Municipal que integram os grupos de risco, resguardando-os em casa.

GARANTIR:

- Desinfecção das instalações municipais com ações regulares de limpeza e pulverização com solução antisséptica nas maçanetas e varões das portas, superfícies de trabalho, etc.;
- Aquisição de mais equipamentos de proteção individual distribuindo-os a todos os funcionários;
- Redução e isenção de tarifas de abastecimento de água a todos os consumidores do Município durante o período de emergência, bem como das rendas de edifícios e espaços municipais.

SENSIBILIZAR:

- Os munícipes sobre a importância de ficarem em casa e estarem atentos a eventuais sintomas;
- A comunidade para a importância do uso da máscara, do distanciamento social, da desinfecção das mãos e para a etiqueta respiratória.

PRIVILEGIAR:

- Atendimento telefónico e outros canais digitais, limitando o atendimento presencial a assuntos urgentes por prévia marcação;
- Pagamentos de serviços através do multibanco, alargando as datas limite de pagamento (com suspensão de juros e execuções fiscais).

SUSPENDER / ENCERRAR:

- Os seguintes serviços/equipamentos municipais: Feira semanal, gabinete de inserção profissional, piscinas municipais, ginásio, Centro de Animação Turística do Gerês, museus, parques infantis, e cemitério municipal;
- Todas as atividades e eventos da responsabilidade ou com o apoio do Município.

A destacar, no entanto, as seguintes considerações:

Impactos sobre a atividade:

- uma eventual desaceleração económica a nível global e/ou alterações dos padrões de comportamento poderão afetar ou adiar níveis de consumo e investimento – situação irá provavelmente ter impacto na receita de impostos diretos a arrecadar (IMT, IMI, IUC e outros);

- o comportamento e necessidades da nossa comunidade não é ainda possível avaliar pelo que os impactos com eventuais ajudas financeiras a IPSS e outras instituições ainda se podem alterar;
- o cancelamento de eventos que impliquem aglomerados de pessoas terá necessariamente impactos na atividade da autarquia, designadamente pelo cancelamento das festas concelhias;
- nos clientes não se verificou, até ao momento, nenhuma situação relevante de dificuldades em termos de pagamentos ou de solicitação de algum tipo de auxílio para lidar com as dificuldades de tesouraria.

Impacto sobre Colaboradores:

- assegurar o bem-estar permanente de todos os Colaboradores, das suas famílias e das comunidades, é uma prioridade do município no atual contexto da pandemia do covid-19;
- implementação de um conjunto de ações preventivas para proteger a saúde e segurança dos nossos Colaboradores, tendo por base as recomendações da Direção Geral de Saúde;
- realização de uma monitorização continua da evolução da doença nos diferentes países e das recomendações emanadas pelos organismos de saúde competentes, reavaliando necessidade de novas medidas sempre que outros dados específicos o possam justificar.

Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a atividade e resultados do município serão afetados em maior ou menor grau. Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos ativos, considera-se que se mantém aplicável o princípio da continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.

CAPITULO III – Organização municipal e recursos humanos

A organização do Município de Terras de Bouro assenta em duas estruturas fundamentais: a estrutura política, que é constituída pelo corpo executivo e pelo corpo deliberativo e a administrativa, na qual se enquadram os serviços municipais e o mapa de pessoal.

Estrutura Política

Nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 5.º, da Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, os órgãos representativos do município são a assembleia municipal e a câmara municipal.

O corpo executivo é constituído pelo conjunto de elementos que, por via da delegação de competências (da Câmara Municipal no seu presidente e deste nos seus vereadores), se encontra investido de responsabilidades na área da gestão, tendo a seu cargo a supervisão direta das atividades desenvolvidas pela estrutura administrativa.

O atual executivo tomou posse em 20 de outubro de 2017, sendo constituído pelo presidente, Manuel João Sampaio Tibo, e por quatro vereadores, dois dos quais, Adelino da Silva Cunha e Ana Genoveva Silva Araújo, exercem o mandato em regime de tempo inteiro.

Figura 1 Estrutura política



Encontra-se constituído o Gabinete de Apoio à Presidência, dotado com um Chefe de Gabinete e um Adjunto, nos termos do n.º 1, do artigo 42.º da Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, conjugado com o n.º 4 do mesmo artigo.

Estrutura Administrativa

No que concerne à estrutura administrativa, o Município não dispõe de Serviços Municipalizados, nem de Empresas Municipais.

Dando cumprimento ao disposto na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, conjugada com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, foi publicado no Diário da República (2.ª Série), n.º 7, de 10 de janeiro, sob o Despacho n.º 682/2013, a Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Terras de Bouro, alterada por despacho de 27 de dezembro de 2017, publicado no Diário da República (2.ª série), n.º 18, de 12 de janeiro, sob o Despacho n.º 637/2018, pelo que prevê a existência de quatro unidades orgânicas flexíveis e catorze subunidades orgânicas flexíveis.

Regime Jurídico de Emprego Público

Em conjunto com os Documentos Previsionais para o ano de 2020, a Assembleia Municipal aprovou, em sessão ordinária de 29/11/2018, o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2020, que se caracterizava, resumidamente, pelo contingente previsto na tabela que se segue:

Tabela 17 Mapa de pessoal

Cargo Carreira	Categoria	Total	Postos de trabalho	
			Ocupados	Não ocupados
Dirigente Intermédio de 2.º Grau		4	4	
Técnico Superior	Técnico Superior	48	38	10
Assistente Técnico	Coordenador Técnico	16	16	
	Assistente Técnico	36	32	4
Assistente Operacional	Encarregado Operacional	6	6	
	Assistente Operacional	115	100	15
Auxiliar	Mestre de tráfego fluvial	1	1	
	Motorista prático de tráfego fluvial	3		3
Fiscal Municipal	Fiscal Municipal	3	2	1
Informática	Especialista de informática	1	1	
	Técnico de Informática	6	6	
	Total	239	206	33

A 31 de dezembro de 2020, o total de trabalhadores ao serviço do Município de Terras de Bouro era de 205, sendo a relação jurídica de emprego público constituída na sua totalidade por contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Verificou-se, no decurso do ano de 2020, a cessação da relação jurídica de emprego público, com o Município de Terras de Bouro, de 3 trabalhadores: 2 por aposentação e 1 por consolidação da mobilidade para órgão da administração local.

O Mapa de Pessoal para 2020 apresentava em 31 de dezembro a seguinte configuração:

Tabela 18 Mapa de pessoal - contingente a 31/12

Cargo/carreira	Postos de trabalho		
	Tempo Indeterminado		
	Ocupados	Vagos	Total
Dirigente Intermédio	4		4
Técnico Superior	36	12	48
Assistente Técnico	49	3	52
Assistente Operacional	106	15	121
Auxiliar	1	3	4
Fiscal Municipal	2	1	3
Informática	7		7
Total	205	34	239

Dos lugares vagos apresentados existem seis postos de trabalho da carreira de técnico superior que se referem a postos de trabalho cujos titulares se encontram a exercer outras funções, seja em comissão de serviço ou em licença sem remuneração e um posto de trabalho de assistente operacional que se encontra em licença sem remuneração, conforme se pode confirmar pela tabela que se segue:

Tabela 19 Mapa de pessoal mobilidades

Trabalhadores em Regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado:	212
Trabalhador em comissão de serviço (Dirigentes):	(4)
Trabalhador em comissão extraordinária de serviço (eleito local):	(1)
Trabalhador em licença sem remuneração:	(2)
Total de trabalhadores:	205

Distribuição de trabalhadores por carreira

A carreira que continua a concentrar mais trabalhadores é a de Assistente Operacional com 106 postos de trabalho ocupados no Mapa de Pessoal de 2020, representando 52 % do total dos trabalhadores.

Em seguida surgem as carreiras de Assistente Técnico e de Técnico Superior com 24 % e 18 %, respetivamente.

Em termos evolutivos o Mapa de Pessoal apresentava, em 31 de dezembro, o seguinte contingente:

Gráfico 9 Distribuição de trabalhadores por carreira

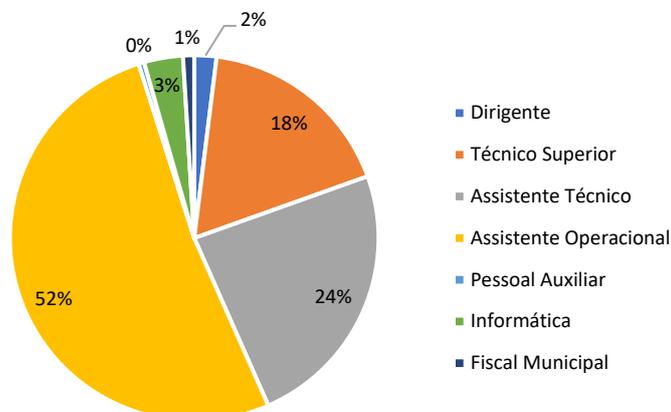


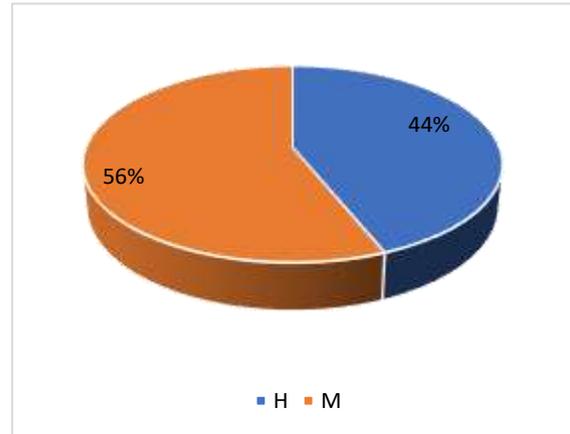
Tabela 20 Evolução do número de trabalhadores

Carreira	2016	2017	2018	2019	2020
Dirigente	4	4	4	4	4
Técnico Superior	42	41	43	43	42
Assistente Técnico	44	44	47	49	49
Assistente Operacional	98	97	96	106	107
Pessoal Auxiliar	1	1	1	1	1
Informática	7	7	7	7	7
Fiscal Municipal	3	3	3	3	2
Total de postos de trabalho ocupados no mapa de pessoal	199	197	201	213	212
Em comissão de serviço (dirigentes)	4	4	4	4	4
Em mobilidade interna	1	0	1	1	0
Em comissão extraordinária de serviço (eleito local)	1	1	1	1	1
Em mobilidade para serviço da Administração Central	1	0	0	0	0
Em mobilidade para Órgão da Administração Local	1	1	0	0	0
Em licença sem remuneração	1	2	2	2	2
Total efetivo de trabalhadores	190	189	193	205	205

Distribuição de trabalhadores por género

O universo dos trabalhadores do município é representado maioritariamente por trabalhadores do género feminino (115), que representam 56 % da totalidade dos trabalhadores, ao passo que os trabalhadores do género masculino (90), representam cerca de 44 % do universo dos trabalhadores em exercício de funções no Município de Terras de Bouro.

Gráfico 10 Distribuição de trabalhadores por género

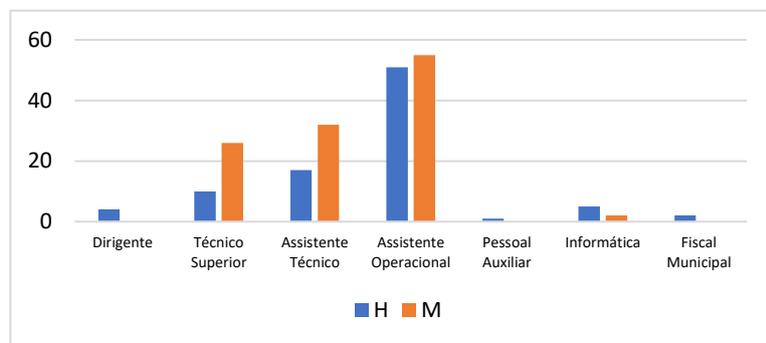


As carreiras onde é possível verificar maior número de trabalhadores do género feminino são as de Técnico Superior, de Assistente Técnico e de Assistente Operacional. O género feminino não se encontra representado ao nível dos dirigentes.

Distribuição de Trabalhadores por escalão etário

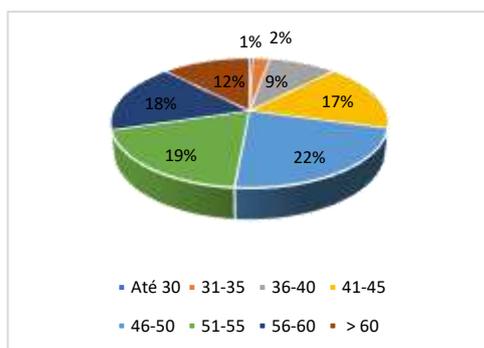
O gráfico que se segue demonstra o envelhecimento do universo de trabalhadores da autarquia. De facto, mais de 70 % dos trabalhadores encontram-se nos escalões etários acima dos 45 anos. Por outro lado, o escalão

Gráfico 12 Distribuição de trabalhadores por carreira e género



etário “Até 30 anos” apresenta apenas um trabalhador, ao passo que no escalão “superior a 60 anos” se encontram 26 trabalhadores.

Gráfico 11 Trabalhadores por escalão etário



Distribuição de trabalhadores por escalão etário e género

Quanto à distribuição do universo dos trabalhadores em função da idade e do género verifica-se, pela análise do gráfico, que os trabalhadores do género masculino são os que

ocupam os escalões de idade superior, sendo que cerca de 74 % dos trabalhadores, do género masculino, tem idade superior a 45 anos de idade. Por outro lado, do universo dos trabalhadores do género feminino, verifica-se que 32 % das trabalhadoras tem idade igual ou inferior a 45 anos de idade.

Gráfico 13 Distribuição de trabalhadores por idade e género

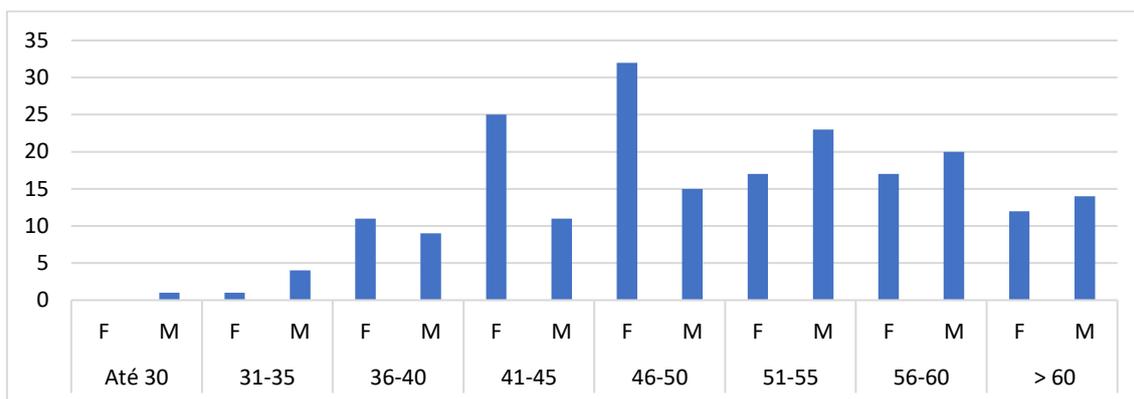


Tabela 21 Indicadores de despesa com o pessoal

	2016	2017	2018	2019	2020
Total de efetivos	190	189	193	205	205
Evolução efetivos	- 1,55%	- 0,53%	2,12%	6,22%	0,00%
Despesa paga	3 795 184,58	4 031 312,66	3 994 302,99	4 286 765,19	4.495.947,97
Evolução Despesa paga	- 1,68%	6,22%	- 0,92%	7,32%	4,88%
Despesa por trabalhador	19 974,66	21 329,70	20 695,87	20 911,05	21.931,45
Evolução despesa/trabalhador	- 0,12%	6,78%	- 2,97%	1,04%	4,88%

Quanto à evolução do número de trabalhadores verifica-se a estagnação do número de trabalhadores. Como consequência da conclusão do descongelamento das carreiras da administração pública, as despesas com o pessoal apresentam um aumento de cerca de 5%. Este aumento reflete-se também na despesa paga por trabalhador que apresenta o mesmo aumento relativo.